



A MORFOLOGIA FAZ SENTIDO: INTEGRAÇÃO ENTRE TEXTO, LEITURA E ANÁLISE MORFOLÓGICA

THE MORPHOLOGY MAKES SENSE: INTEGRATION BETWEEN TEXT, READING AND MORPHOLOGICAL ANALYSIS

Vitor de Moura Vivas¹

Margareth Andrade Morais²

RESUMO

As funções e motivações apresentadas por Basílio (1987, 2011) sinalizam para a perspectiva sociocognitiva e interacional da linguagem, estudada, principalmente, pelas teorias de texto e discurso. Conforme Koch (2005) e reiterado por diversos autores, as escolhas linguísticas não são neutras e evidenciam um projeto de dizer. Nesse sentido, nosso objetivo é apresentar uma proposta de atuação em que um tópico recorrente no ensino de morfologia – a nominalização – seja estudado tendo em vista seus efeitos de sentido e função na construção textual. Como demonstraram Souza e Gonçalves (2018), a interface entre morfologia e a Linguística Textual revela uma relação muito próxima entre o plano morfológico e o plano textual. Assim, com base no conceito de referenciação (cf. Cavalcante, 2011), as nominalizações serão vistas como processo importante para construção da coerência e da argumentação por sua capacidade de rotular/sumarizar porções textuais. Além disso, pretendemos apresentar como essa interface pode ser associada ao ensino de leitura e aos gêneros textuais e seus aspectos discursivos, como intencionalidade, orientação argumentativa e finalidade, por exemplo. É nesse contexto que surge a motivação para a discussão aqui proposta, como forma de incentivar um trabalho mais qualificado com a leitura em sala de aula, oferecendo sugestões para isso. Para tanto, analisaremos um editorial, examinando como as nominalizações colaboram para coerência textual e compreensão global do texto e para a construção da argumentação no editorial analisado.

Palavras-chave: Morfologia; Texto; Leitura; Construção argumentativa.

ABSTRACT

The functions and motivations presented by Basílio (1987, 2011) signal to the sociocognitive and interactional perspective of language, studied, mainly, by the theories of text and discourse. According to Koch (2005) and reiterated by several authors, the language choices are not neutral and show a project to say. In this sense, our objective is to present a proposal for action in which a recurrent topic in the teaching of morphology - nominalization - is studied in view of its effects of meaning and function in textual construction. As Souza and Gonçalves (2018) have already demonstrated, the interface between morphology and Textual Linguistics shows a very close relationship between the morphological plane and the textual plane. Thus, based on the concept of referencing (cf. Cavalcante, 2011), nominalizations will be seen as an important process for building coherence and argumentation due to their ability to label / summarize textual portions. In addition, we intend to present how this interface can be associated with the teaching of reading and textual genres and their discursive aspects, such as intentionality, argumentative orientation and purpose, for example. It is in this context that the motivation for the discussion proposed here arises, as a way to encourage a more qualified work with reading in the classroom, offering suggestions for this. In order to do that, we will analyze an editorial, examining how the nominalizations collaborate for textual coherence and global understanding of the text and for the construction of the arguments in the analyzed editorial.

Keywords: Morphology; Text; Reading; Argumentative construction.

1 Professor de língua portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, vitor.vivas@ifrj.edu.br

2 Professora de língua portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, margareth.morais@ifrj.edu.br

Palavras iniciais

Neste artigo, pretendemos pensar a articulação morfologia-texto visando ao entendimento de como estratégias morfológicas podem estar a serviço da construção de sentidos nos textos em que ocorrem. Partimos do pressuposto de que fenômenos morfológicos como nominalizações, processos de formação de palavras, dentre outros recursos, podem ser estudados tendo em vista o efeito de sentido que atribuem aos textos. No entanto, os processos morfológicos, em muitos livros didáticos, ainda aparecem descritos em frases soltas sem que sejam explorados seus efeitos discursivos. Nesse sentido, verifica-se que ainda parece ser um desafio para o professor realizar a articulação entre morfologia e sua aplicação nos textos. Segundo Vivas et al.:

devemos sempre 1) atentar para o(s) significado(s) que cada expediente morfológico apresenta; 2) explorar a maneira como os falantes se colocam na língua através da expressividade positiva ou negativa; e 3) evidenciar que eles podem se identificar como fazendo parte de um grupo, de uma classe. (VIVAS et al., 2019, p. 132)

É com a finalidade de atingir esses objetivos, portanto, que se insere a proposta de interface aqui delineada. Tendo em vista que toda estrutura morfológica é utilizada com uma intenção discursiva e situada num texto, partimos da análise das nominalizações para demonstrar como tal recurso está intimamente ligado à construção textual do editorial e atua na manifestação da coerência e na construção do ponto de vista.

Em alguns manuais didáticos, por vezes, a morfologia é estudada de forma descontextualizada com vista a uma abordagem de aspectos específicos de determinado componente linguístico. No entanto, a manifestação dos itens da língua ocorre situada em textos, de modo a atender aos propósitos comunicativos dos interlocutores. Assim, para além de questões teóricas, a proposta deste trabalho almeja fomentar práticas para um ensino de língua portuguesa mais produtivo e adequado ao que apregoam os diferentes documentos oficiais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), por exemplo.

De acordo com o aporte teórico da Linguística de Texto - *cf.* Koch (2005), Marcuschi (2008), Cavalcante (2011), entre outros -, o processo de referenciação é uma prática discursiva que pressupõe uma interação entre os sujeitos do discurso, responsáveis por escolhas significativas para representar os referentes de acordo com a sua proposta de sentido. Esse conceito reitera, portanto, a íntima relação entre coesão e coerência, uma vez que só é possível identificar os objetos de discurso retomados ou antecipados a partir de associações cognitivas. Com base nesses pressupostos, pretendemos, neste artigo, apresentar a integração entre texto e morfologia, analisando as nominalizações como elementos centrais na construção da coerência e da orientação argumentativa de um editorial com temática política.

Para cumprir esses objetivos, iniciamos expondo os fundamentos teóricos e os pontos convergentes entre os estudos no âmbito da morfologia e da Linguística de Texto. As reflexões e

os desdobramentos advindos dessas bases teóricas são examinados, posteriormente, no editorial extraído da *Folha de São Paulo* em março de 2019.

Leitura, construção de sentidos e referenciação

Para a Linguística de Texto (LT), o principal atributo da língua não é transmitir informações, mas inserir “os indivíduos em contextos sócio-históricos e permitir que se entendam” (MARCUSCHI, 2008, p. 67). Desse modo, o texto precisa ser visto como processo. Assim, cada leitor fará seu levantamento de hipóteses para compreendê-lo, dependendo de seus conhecimentos linguísticos, interacionais, contextuais, intertextuais e de mundo (cf. KOCH, 2005).

Dessa forma, conclui-se que a atividade de leitura é estratégica e depende de graus de percepção de aspectos inferenciais e referenciais. São essas estratégias que articulam conhecimentos prévios e possibilitam o levantamento de hipóteses durante a leitura, integrando tanto aspectos textuais como “extratextuais”. Isso significa dizer que todos esses elementos são passíveis de leitura e colaboram para a construção de sentidos nos diferentes textos. Segundo Marcuschi (2008, p. 95), “não se pode imaginar o texto como se tivesse um dentro (cotextualidade) e um fora (contextualidade)”.

Essa concepção sociointeracional e cognitiva de texto e leitura abarca a noção de referenciação como uma prática discursiva, situada, que pressupõe uma interação entre os sujeitos do discurso. Tais sujeitos discursivos são responsáveis pela realização de escolhas significativas na elaboração dos referentes tendo em vista seus propósitos comunicativos, de acordo com o gênero textual escolhido. Em linhas gerais, toda atividade comunicativa, quer escrita, quer oral, só é possível por meio dos gêneros. Desse modo, pode-se afirmar que os gêneros são práticas sociocomunicativas, “profundamente vinculad[a]s à vida cultural e social” (MARCUSCHI, 2008, p. 19). Por esse motivo, a escolha e o uso de um dado gênero estão ancorados no contexto de produção, tendo em vista os propósitos e objetivos dos sujeitos discursivos que interagem na cena enunciativa.

Com base em Cavalcante (2011), a referenciação pode ser definida sumariamente como uma atividade textual-discursiva de construção e reconstrução de referentes ou objetos de discurso, sendo esta fundamental para a recuperação da coerência textual. O processo de referenciação, portanto, diz respeito ao conjunto de operações dinâmicas, sociocognitivamente motivadas, que os interlocutores realizam, ao passo que a interação comunicativa se desenvolve, com o objetivo de (re)significar as experiências vividas, com base na construção partilhada dos objetos de discurso, que asseguram a construção de sentidos. O conceito de referenciação revela ainda a íntima relação entre coesão e coerência, uma vez que só é possível identificar os objetos de discurso retomados ou antecipados a partir de associações cognitivas.

Assume-se aqui a noção de Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), segundo os quais a recategorização é um processo cognitivo-discursivo de transformação dos referentes, de crucial importância para a orientação argumentativa do texto. Em outros termos, os objetos discursivos vão mudando ao longo do texto por meio de acréscimos de atributos e de diversas marcas estratégicas, capazes de remodelar a imagem do referente construída pelo interlocutor, a fim de indicar seu propósito argumentativo ou ocultá-lo. Isso quer dizer que o processo de reconstrução do referente acontece na proporção em que os variados índices ajudam o interlocutor a compor novos sentidos e novas referências, diante do desenvolvimento textual.

Dentro dessa perspectiva, as estratégias de referenciação consistem na introdução dos referentes no texto, passíveis de serem retomados por uma estratégia anafórica, que pode ser retrospectiva ou prospectiva. Quando há a correferencialidade, diz-se que se trata de uma anáfora direta e, quando não é possível identificar essa relação correferencial, verifica-se uma anáfora indireta. Há ainda um outro tipo de anáfora, que estaria entre esse *continuum* correferencialidade – não correferencialidade: as chamadas anáforas encapsuladoras. Segundo Conte (2003), essas anáforas têm um papel de sumarizar/resumir porções do cotexto ao mesmo tempo em que podem atribuir um rótulo a essas porções, estabelecendo uma avaliação. Por essa razão, pressupõem inferências na sua interpretação, não sendo uma estratégia de correferencialidade como a anáfora direta.

Neste trabalho, examinaremos, especificamente, as anáforas encapsuladoras. Tais elementos correspondem a uma forma particular de anáfora, pois não retomam uma expressão específica do texto, como no caso da anáfora direta, mas resumem um conjunto de informações dispersas no texto. O encapsulamento resume proposições, englobando-as em uma expressão referencial que pode ser representada por um sintagma nominal ou expressão pronominal. Em muitos casos, essas expressões vêm acompanhadas de determinantes, como adjetivos, que contribuem para uma determinada configuração argumentativa.

Segundo Koch (2005, p. 68), as expressões nominais encapsuladoras podem nominalizar fatos, atividades, estados, eventos, e, geralmente, vêm acompanhadas de modificadores e/ou determinantes. No trecho abaixo, o sintagma nominal “a receita” sintetiza a porção do texto anteriormente expressa:

(1) O ministro Vélz prometeu combater a ‘doutrinação’, mas quer despejar propaganda oficial nas salas de aula. **A receita** já foi usada no regime militar e no Estado Novo (Fonte: <https://blogs.oglobo.globo.com/bernardo-mello-franco/post/circular-do-ministro-da-educacao-etipica-de-ditaduras.html>. Acesso em 13/03/2019)

Com essa estratégia, o enunciador promove um movimento duplo, para trás e para frente, resumindo a porção anterior e iniciando um novo tópico no discurso. O sintagma sublinhado “empacota” as informações precedentes, rotulando-as, pois, ao usar o nome ‘receita’, o autor indica que a promessa do ministro não se trata de uma nova ideia, mas de prescrições já

conhecidas. Assim, além do papel na progressão textual, há ainda um julgamento embutido na escolha desse nome.

Partiremos, então, das nominalizações como objeto central de análise para a integração aqui proposta, uma vez que a escolha desses recursos linguísticos usados na formação de novas palavras também passa pela construção colaborativa de sentidos. No entanto, demais pistas textuais, como verbos, adjetivos, dentre outros expedientes, serão também considerados em nossa análise. Os estudos, dentro da morfologia, também apontam para o fato de que a formação de palavras é também uma estratégia fundamental e frutífera para a manifestação de pontos de vista (BASÍLIO, 1987; 2011; GONÇALVES, 2002; 2011, dentre outros).

Relações entre morfologia e texto

Geralmente, utilizam-se expedientes morfológicos não para apenas apresentar novos significados ('livro' + -eiro → 'livreiro': função semântica) ou mudar a categoria gramatical de uma palavra ('rápido' + -mente → rapidamente: função categorial), mas também a fim de manifestar a visão de mundo do enunciador. Basílio (1987) apresenta essa possibilidade de indicar juízo positivo ou pejorativo através de formações morfológicas na língua com o termo função discursiva de atitude subjetiva (essa função também pode ser chamada de atitudinal ou expressiva).

Com a função de atitude subjetiva, o enunciador é capaz de expressar o seu juízo de valor para referentes no mundo através de marcas morfológicas. Como exemplo, pode-se citar o uso de diminutivo e aumentativo em muitos dados do português ('mulherzinha', 'bonitinha'; 'jogão', 'mulherão'; 'bobão'). Em diversos contextos, usam-se 'mulherzinha', 'bonitinha', 'bobão' de forma depreciativa e 'jogão' e 'mulherão' de forma apreciativa. Outra função apresentada pela autora é a textual, que costuma ocorrer em conjunto com outras funções; para, então, exemplificá-la, aborda a nominalização, evidenciando que nem sempre uma forma substantiva deverbal, por exemplo, pode ser substituída pela construção com o verbo.

Basílio (2011) revisita o tema e, para abordar o que motiva a utilização de padrões morfológicos de expansão lexical, descreve quatro motivações presentes na formação de palavras na língua: motivação semântica, motivação sintática/gramatical, motivação textual e motivação expressiva. Ocorre motivação sintática/gramatical quando a formação de uma palavra se deve a imposições sintáticas ou morfológicas num enunciado; a motivação semântica consiste na utilização de uma palavra por necessidades de nomeação (rotulação) de um referente. Quando existe a necessidade de retomar uma informação dada no texto e utiliza-se, por exemplo, uma forma derivada ou composta para esse fim, trata-se da ocorrência de motivação textual. Por fim, é possível manifestar uma impressão positiva ou negativa a um referente através de uma formação morfológica; nesse caso, a motivação é discursiva (expressiva).

A autora verifica que, muitas vezes, a formação da palavra é fruto de mais de uma motivação ao mesmo tempo; com relação aos substantivos formados a partir de verbos, por exemplo, Basílio afirma que esse padrão de criação de palavras

tem três motivações principais: a motivação semântica ou denotativa, que corresponde a utilizar o significado do verbo para denotar seres e entidades; a motivação gramatical, que corresponde à adaptação do verbo a contextos sintáticos que exigem um substantivo; e a motivação textual, de concretização sintática, que corresponde ao uso de um substantivo derivado do verbo para fazer referência a uma estrutura verbal anteriormente utilizada no texto (BASÍLIO, 2011, p. 34).

Ao abordar a formação de palavras por derivação sufixal com -udo ('narigudo'), -ento (nojento), -ice (chatice), -agem (malandragem), aliada à motivação gramatical de mudança de classe (formação de adjetivos a partir de substantivos nas palavras em -ento e -udo; formação de substantivos a partir de adjetivos nas palavras em -ice e -agem), verifica-se a motivação expressiva, já que se imprime uma visão negativa (pejorativa) nos dados. Pode-se, ainda, abordar, nesses dados, motivação semântica, visto que há criação de significados a partir do uso desses padrões de formação de palavras: a utilização de -udo e -ento consiste em novas formas de qualificar a partir da denotação do substantivo; já padrões com -ice e -agem são formas de rotular através do significado do adjetivo.

Na língua, sempre atuam essas quatro motivações e funções, sendo que às vezes algumas são mais proeminentes que outras. Além disso, os estudiosos podem dar ênfase a uma ou a outra a depender dos seus objetivos, do enfoque teórico, das características do corpus etc. Caso o trabalho tenha objetivos semânticos, pode não abordar alterações categoriais que ocorram em uma palavra; se a intenção for apenas a abordagem de ponto de vista do enunciador através do uso de formas linguísticas, a única motivação focalizada é a expressiva.

As funções e motivações apresentadas por Basílio sinalizam para a perspectiva sociocognitiva e interacional da linguagem, estudada, principalmente, pelas teorias de texto e discurso. Conforme Koch (2005) e reiterado por diversos autores, as escolhas linguísticas não são neutras e evidenciam um projeto de dizer. Portanto, é fundamental observar a motivação textual/discursiva na formação de nomes complexos (SOUZA; GONÇALVES, 2018, p. 164), uma vez que as escolhas lexicais do enunciador evidenciam sua intencionalidade e seus propósitos comunicativos de ativação e (re)ativação de referentes.

Em trabalhos de morfologia, nem sempre é necessário abordar os dados em frases inteiras, muito menos em textos, visto que o enfoque pode ser a palavra, a marca morfológica; assim, também se podem buscar dados potenciais (possíveis) e não reais. Como a proposta deste trabalho busca atrelar os expedientes morfológicos a seus usos reais, que emergem em textos, usamos o arcabouço teórico da Linguística de Texto. Desse modo, a nominalização e o uso de tempos e modos verbais, por exemplo, são associados às pistas e às cadeias referenciais

que atuam na construção não só dos sentidos, de um modo geral, mas também na construção da avaliação sobre a política brasileira realizada pelo editorial. Dentro dessa perspectiva, a motivação textual e a discursiva, por exemplo, são vistas de modo integrado, de forma que a propriedade coesiva, inerente à motivação textual, e a manifestação de ponto de vista, indicada pela motivação discursiva, sejam estudadas conjuntamente. Dessa forma, tais motivações, vistas desse modo, são parte dos recursos empregados na construção do gênero e do seu propósito comunicativo.

Como já dissemos, pretendemos explorar algumas estratégias morfológicas em um editorial, desvendando a intencionalidade do enunciador no percurso do texto através da análise das estruturas morfológicas escolhidas e da leitura / interpretação do texto de uma forma integrada. Segundo Vivas *et al.*:

O professor precisa tentar explorar a morfologia no texto: é fundamental que se pautem o ensino de morfologia, tendo em vista as habilidades de leitura e produção. Além disso, não se pode perder de vista que o aluno é um ser pensante que se coloca na sociedade em interações a todo o momento, posicionando-se afetivamente, criticando, identificando-se com grupos. Tentar relacionar essas funções sociais e textuais é um desafio e está longe de ser simples; no entanto, certamente, é uma metodologia frutífera (VIVAS *et al.*, 2019, p. 143).

Souza; Gonçalves (2018) apresentam uma interface entre a morfologia e a Linguística Textual evidenciando que há uma relação muito próxima entre o plano morfológico e o plano textual. Segundo os autores, o falante, ao ser criativo através de estratégias morfológicas, está, na verdade, atendendo a necessidades comunicativas e textuais.

Podemos e devemos pensar na relação entre morfologia e texto com os mais diversos processos de formação de palavras. Acreditamos que, em todo processo de formação de palavras, há uma motivação textual e um olhar para a produção de sentido dos expedientes morfológicos pode evidenciar isso, como verificamos na próxima seção.

A análise de um editorial: intencionalidade e argumentação nas escolhas morfológicas

Antes de iniciar a análise, é importante pontuar algumas escolhas metodológicas que nortearam o trabalho. A fim de exemplificar a interface delineada nesta pesquisa, pensamos em escolher gêneros textuais cujos mecanismos linguísticos, como os encapsulamentos, fossem mais recorrentes. Além disso, era necessário também escolher um gênero fácil de ser encontrado e que pudesse propiciar ainda um trabalho pedagógico. Assim, analisando alguns textos de jornais, chegamos à escolha de alguns editoriais. Decidido o gênero, optamos, na análise, por priorizar os encapsuladores formados por nominalização. Essa escolha metodológica justificou-se pelo objetivo maior do trabalho de realizar uma articulação entre morfologia e texto; assim, partimos desse expediente morfológico na condução de nossa análise.

Segundo Basílio (1987), a nominalização é o conjunto de processos que formam substantivo a partir de outras classes, como adjetivos e verbos. A autora ressalta também que ocorrem múltiplas funções de modo simultâneo em processos de nominalização: função sintática, função semântica e função textual. Neste artigo, temos, como objetivo, explorar, principalmente, aspectos relacionados à função textual e à função atitudinal nas nominalizações do editorial.

Além dos processos de nominalização, também observamos, ainda que de forma mais geral, outros recursos linguísticos, como adjetivos, substantivos e demais pistas textuais. Procuramos, ainda tendo como base a promoção da interface entre morfologia e texto, examinar as formas verbais empregadas, tendo em vista seu papel na construção da argumentação. Analisamos, a partir das nominalizações e dessas outras formas escolhidas, o posicionamento argumentativo e a intencionalidade do enunciador e do jornal nas formações morfológicas e como se dá a construção da tessitura textual. Nosso objetivo, neste artigo, é apresentar algumas possibilidades de trabalho integrado entre essas duas áreas de pesquisa; não pretendemos esgotar os meios de análise dos recursos presentes nesse editorial.

Conforme pontuam Assis e Melo (2010, p. 4-5), “no espaço do jornal, a característica de ‘opinião’ é mais explícita nos editoriais, cuja intencionalidade está voltada para influenciar o pensar e interferir no devir dos leitores”. Esse gênero, portanto, apresenta como propósito comunicativo básico garantir a adesão do leitor ao ponto de vista explicitado pelo jornalista.

Os autores afirmam que os assuntos abordados nos editoriais estão vinculados aos acontecimentos sócio-históricos do momento, ou seja, aqueles que estão na ordem do dia, evidenciados naquele momento histórico. Os autores ainda defendem uma forma fixa para os editoriais constituída de um título, que pode resumir o conteúdo do texto ou funcionar como meio atrativo de chamar a atenção do leitor. O desenvolvimento, nesse sentido, parte de uma notícia sobre algum assunto, em geral, polêmico sobre política ou economia para, então, construir uma opinião sobre o assunto.

Os editoriais visam à manipulação de um destinatário de modo a levá-lo à incorporação, de forma inconsciente, da opinião do enunciador. Nessa direção, ao tratarmos de textos opinativos, de modo específico o editorial, objeto de análise deste estudo, é necessário observar também a amplitude persuasiva do texto e a forma como o discurso argumentativo vai sendo construído em relação ao discurso do interlocutor/leitor.

Amossy (2011, p. 130) entende que argumentação é “A tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas por parte do alocutário” ou a tentativa de fazer aderir não somente a uma tese, mas também de manifestar certos modos de se colocar/ser argumentativo ou persuasivo envolveria uma

tentativa de elaborar diferentes tipos de estratégia ou estratagemas pelo uso de recursos lexicais e avaliativos, referenciais, intertextuais, composicionais.

Dessa forma, sendo um gênero com o objetivo central de persuadir o interlocutor e que se organiza por uma sequência argumentativa dominante, os recursos linguísticos empregados têm a sua composição articulada em torno de uma tese, como veremos mais a seguir:

O **disparate** do MEC³

O grupo de ministros mais ideológicos do governo Jair Bolsonaro (PSL) dá a impressão de competir, dia a dia, pela produção de **estultices**. Nessa acirrada contenda, que envolve áreas relevantes, o titular da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, tem merecido destaque.

Já em seu discurso de posse, **deixou** claro o tipo de **preocupação** comezinha e paranoica que **nortearia** sua atuação. **Atacou** uma fantasiosa ideologia de gênero que **estaria** a conspurcar a formação dos jovens do país e **disparou** contra o fantasma do marxismo cultural. No posto, o ministro pouco deixou ver, até agora, de seus planos para aspectos centrais do ensino do país —como elevar a qualidade do aprendizado e superar o gargalo do nível médio, para citar alguns.

Em vez disso, envolveu-se em **decisões** questionáveis, caso da nomeação de ex-alunos sem nenhum traquejo em gestão pública para postos relevantes da pasta. Num episódio constrangedor, acabou por exonerar um funcionário após a publicação de um edital que estabelecia critérios deficientes para a compra de livros didáticos.

Na coleção de **declarações** infelizes, disse que o turista brasileiro se comporta como um canibal, a furtar objetos de hotéis e aviões —um comportamento a ser corrigido, para ele, na escola. Também atribuiu erroneamente uma frase chula ao cantor Cazuza (1958-1990), o que ocasionou um pedido de desculpas à mãe do artista. (...)

A carta, revelada pelo jornal O Estado de S. Paulo, solicitava que as cerimônias fossem gravadas em vídeo, o que demandaria autorização dos pais. Apresentava, ademais, um texto a ser lido nas ocasiões.

Tamanho disparate, que mais parece sátira ficcional de um movimento ufanista, não poderia deixar de provocar imediatas reações de repúdio. É espantoso que o ministro não as tenha previsto.

Diante da péssima repercussão, Vélez anunciou que reformularia a carta para suprimir a propaganda bolsonarista. Assumiu, parcialmente, um equívoco —foi o que mais fez neste início de gestão.

(https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2019/02/odisparatesource=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=twfolha. Acesso em fevereiro de 2019).

3 Destacamos, em negrito, as palavras que analisamos com mais atenção no texto.

O editorial escolhido, produzido pela Folha de São Paulo, aborda como tema decisões do ex-ministro da educação do Governo Bolsonaro, Ricardo Vélez, para, assim, tecer críticas áspersas não só ao ministro, mas também a outros membros do governo. Esse posicionamento crítico é evidenciado logo no título: “O disparate do Mec”.

Destacamos, nesse título, a fim de dar conta da motivação textual, a propriedade resumitiva e axiológica desse sintagma nominal, que atua como uma anáfora encapsuladora prospectiva, pois rotula o texto a ser lido de modo avaliativo, gerando uma expectativa de leitura no interlocutor. Ao usar a forma ‘disparate’, caracterizam-se as ações do ministro e do MEC como ilógicas; ocorre função de atitude subjetiva nessa formação morfológica, visto que há uma impressão pejorativa na utilização dessa forma.

De acordo com Samaniego (2011, p.294), esse tipo de encapsulador funciona como uma “etiqueta discursiva”, já que constitui um nome que o falante utiliza para categorizar, não somente sua experiência de mundo, como, sobretudo, o reflexo dela no discurso. Ao ser delimitado e (re)categorizado pelo emissor, o conteúdo de um segmento discursivo pode ser compreendido como uma entidade do discurso. Além disso, ao converter segmentos ou trechos de informação apresentados no discurso em entidades discursivas manejáveis, as etiquetas discursivas favorecem a retenção da informação da memória do leitor, já que permitem integrar, em sua própria experiência e conhecimento do mundo, o conteúdo do discurso que está processando. Através da utilização da Linguística Textual, objetivamos, na análise, apresentar motivações textuais (Basílio, 2011) que ocorrem nas formações morfológicas, considerando o texto de modo global.

Como podemos ver no excerto abaixo, ‘produção de estultices’ é um outro encapsulador que desempenha um importante papel na organização desse editorial. Além de retomar o conteúdo argumentativo expresso no título, reforçando-o por meio de formações sufixais, esse sintagma sintetiza porções textuais que serão desenvolvidas nos próximos parágrafos do texto.

Em ‘produção’, forma-se um substantivo a partir do verbo ‘produzir’ (motivação categorial) e apresenta-se a ação de produzir como uma nomeação (motivação e função semântica). Segundo Basílio:

as palavras a que -ção se aplica designam eventos e situações representados no tempo e apresentam flexão de tempo/modo/aspecto e número-pessoa; e que as palavras produzidas designam eventos e situações sem a marca de representação no tempo, sem a flexão etc. e com a propriedade de acionar mecanismos de concordância de gênero e número. (BASÍLIO, 2011, p. 20)

Cabe também ressaltar a noção de iteratividade em ‘produção’: o MEC produz muitas estultices segundo o enunciador. Além disso, amplia-se uma ideia, já trabalhada no título, de que o MEC age de forma errada, absurda (motivação e função textual). Desse modo, podemos perceber como a formação desse nome contribui para o processo de recategorização desses referentes ao

longo do texto. Em outras palavras, vemos como ocorre a transformação de traços dos referentes, que não acontece em pontos precisos e nem depende somente das expressões referenciais.

Na palavra, ‘estultice’, utiliza-se um sufixo que exprime pejoratividade a bases: ‘chatice’, ‘idiotice’, ‘tolice’, ‘criancice’. É um sufixo que apresenta função atitudinal, já que aponta a visão negativa sobre aquilo que se fala; ressaltamos também que -ice é utilizado, muitas vezes, em substantivos que também carregam um sentido negativo: ‘tolo’, ‘bobo’, ‘chato’, ‘estulto’ etc. Conforme aponta Basílio (2011), nas formações em -ice, ocorrem três motivações (expressiva, sintática, semântica). Em ‘estultice’, forma-se um substantivo a partir do adjetivo ‘estulto’, passa-se a rotular um significado de qualificação e indica-se pejoratividade. Convém notar que se optou por ‘estultice’ no editorial e não por formas mais utilizadas atualmente como ‘tolice’, ‘burrice’, ‘idiotice’; essa estratégia parece-nos uma escolha mais polida do enunciador levando em conta o gênero, mas sem perder o ponto de vista crítico às ações do então ministro.

Fica evidente que a função semântica de nomeação pode estar a serviço de um posicionamento social/político e levar o aluno a entender isso faz com que ele possa ler melhor o texto. É importante mostrar que até mesmo a escolha de um sufixo pode estar associada ao projeto de dizer do texto e, no caso do editorial, faz parte do arranjo composicional argumentativo, cuja tese aponta para o descrédito das ações do ex-ministro Vélez. Verifica-se, então, uma quarta função em ‘estultice’: a função textual. Essa forma abre um novo arquivo mental, com uma acentuada carga axiológica, cumprindo, assim, uma importante função argumentativa na estruturação desse discurso, pois a palavra ‘estultice’, assim como ‘disparate’, é bem categórica na forma como o leitor deve interpretar/avaliar as ações do governo descritas no texto. Tais nomes, portanto, são escolhidos de modo a restringir as possibilidades de interpretação do interlocutor sobre tais fatos, fornecendo uma clara orientação argumentativa para a leitura.

(1) O grupo de ministros mais ideológicos do governo Jair Bolsonaro (PSL) dá a impressão de competir, dia a dia, pela produção de **estultices**. Nessa acirrada contenda, que envolve áreas relevantes, o titular da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, tem merecido destaque.

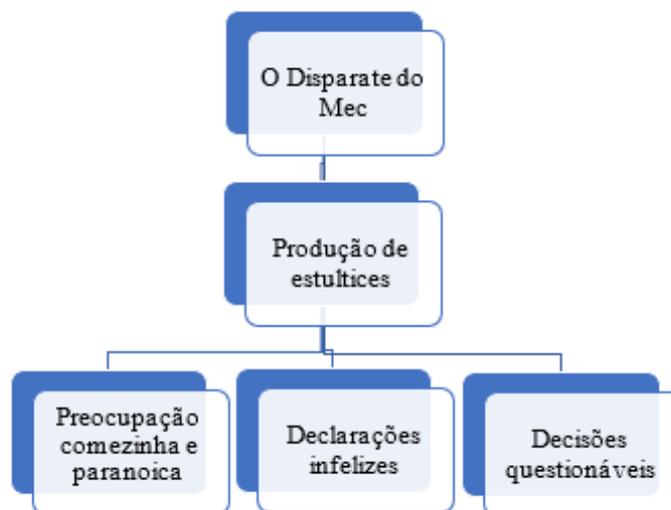
Esse encapsulador prospectivo – que sumariza e rotula porções textuais que ainda serão apresentadas – relaciona-se à organização e hierarquização das informações dentro do texto, o que comprova o papel fundamental desses mecanismos na coerência textual. Koch; Elias (2016, p. 95) afirmam que os encapsuladores podem funcionar como um importante recurso para “marcar o parágrafo do ponto de vista cognitivo”. É exatamente o que acontece nesse exemplo, pois as informações textuais conduzem a uma imagem mental dos objetos de discurso – que serão explicitados mais adiante – e já foram rotulados como ‘estultices’.

Ainda sobre o exemplo (1) (O grupo de ministros mais ideológicos do governo Jair Bolsonaro (PSL) dá a impressão), o uso do presente do indicativo contribui para apresentar o ponto de vista. Nesse editorial, assim como também acontece em outros gêneros cuja tipologia

textual argumentativa é predominante, a introdução faz um movimento de apresentar a tese, o ponto de vista, por meio do modo indicativo, que exprime a modalidade epistêmica da certeza, produzindo o efeito de sentido de verdade e realidade aos enunciados. Trata-se de um recurso argumentativo que evidencia um engajamento do enunciador sobre o assunto abordado.

Como veremos no esquema abaixo, os próximos parágrafos do texto também apresentam seu tópico discursivo sintetizado por um encapsulador, de forma a salientar os fatos que serão usados como argumentos para descredibilizar as ações do MEC:

Fig.1: Cadeia referencial das nominalizações



No esquema acima, procuramos organizar a cadeia referencial gerada pelas nominalizações com função de encapsulamento no texto, embora saibamos que, na tessitura textual, as demais pistas, assim como informações sociocognitivas, também atuam na construção da coerência. Essa figura objetiva ilustrar de que modo, nesse editorial, as nominalizações atuam como uma trilha de leitura desse texto, sempre tendo em vista a construção da argumentação e a comprovação da tese proposta (a crítica às ações do Ministério da Educação). Destacamos, com essa imagem, como o encapsulamento, recurso comum em gêneros com proposta argumentativa, atua na composição desse editorial. Tais nominalizações consistem em um expediente morfológico empregado a fim de organizar os argumentos desse editorial.

Esse esquema privilegia os nomes (substantivos), que ocupam a posição inicial dos parágrafos em que ocorrem, a fim de que se possa visualizar a organização macrotextual promovida pelas nominalizações dentro desse texto. Desse modo, buscamos evidenciar que a motivação para criação desses nomes vai além da tarefa de evitar repetição de palavras, sendo um recurso relevante para a progressão textual. Ao funcionarem como encapsuladores, realizam um movimento de “costura” no texto, pois, ao mesmo tempo que retomam informações já mencionadas, instauram novos tópicos no discurso. Além disso, nesse editorial, a estrutura recorrente: nome + modificador nos encapsuladores também propicia um efeito argumentativo ao projeto de dizer do texto.

Na construção do texto, utilizam-se substantivos sem função atitudinal, como ‘preocupação’, ‘decisão’, ‘declaração’. Segundo Basílio (1987; 2011), nesses substantivos, há motivação/função sintática, semântica e textual. O enunciador, no editorial, preenche o sintagma nominal (SN) com adjetivos que apontam posicionamento negativo: ‘decisões questionáveis’, ‘declarações infelizes’, ‘preocupação comezinha e paranoica’. Em outras palavras, se o substantivo não apresentar um posicionamento mais evidente, escolhem-se caracterizações para realizar essa função no editorial. Sendo assim, o enunciador pode demonstrar impressão negativa / pejorativa dentro do SN através de um adjetivo quando o substantivo não apresenta função atitudinal e há uma intenção de forte crítica no texto. Sendo pela formação de uma palavra ou não, a expressividade / atitude subjetiva do enunciador é representada também pela morfologia e só é possível analisar essas estratégias integrando morfologia e texto.

É fundamental que, ao ensinar argumentação, o professor aproxime o aluno dessas habilidades textuais, faça-o perceber as múltiplas formas de opinar/posicionar-se que existem. Entender as funções e motivações que existem na morfologia pode, então, auxiliar o aluno no processo de leitura e produção de textos.

O próximo trecho, além de exemplificar o uso do encapsulador ‘preocupação comezinha e paranoica’, do qual falamos acima, evidencia a articulação entre os tempos verbais e sua função na construção da argumentação:

(2) Já em seu discurso de posse, **deixou** claro o tipo de **preocupação** comezinha e paranoica que **nortearia** sua atuação. **Atacou** uma fantasiosa ideologia de gênero que **estaria** a conspirar a formação dos jovens do país e **disparou** contra o fantasma do marxismo cultural.

O pretérito perfeito foi empregado pelo enunciador para apresentar o que seriam fatos, as ações do ex-ministro. De acordo com Gomes (2008), o modo indicativo é uma forma gramatical de expressar o saber ser (o verdadeiro) ou o crer ser (a certeza); assim, é marcada, no discurso, a crença do enunciador sobre o que está sendo dito. O uso de “deixou claro” e “atacou uma fantasiosa ideologia de gênero” ilustram essa relação de crença, certeza sobre essas ações do ministro. É um movimento comum em editoriais, como citou Assis e Melo (2010), partir de notícias, algo que tenha acontecido recentemente, para, em seguida, construir o ponto de vista a ser defendido.

Vale destacar o arranjo linguístico empregado na construção sintática: “atacou uma fantasiosa ideologia de gênero”. Ao passo que o verbo denota uma ação concreta, à qual se imputa um valor de verdade representado na escolha do modo indicativo, o adjetivo ‘fantasiosa’ desqualifica o alvo sobre o qual recai a ação verbal. Em outras palavras, significa dizer que as ações do ex-ministro podem ser lidas como sem utilidade, ineficientes.

Mais uma vez, a atitude negativa do enunciador é apresentada pelo adjetivo dentro do SN. Ocorre motivação / função categorial e motivação / função semântica nesse adjetivo, visto que se passa a qualificar com o significado de fantasia, formando-se um adjetivo a

partir de um verbo. A impressão negativa está mais relacionada ao significado da base que ao sufixo na palavra ‘fantasiosa’; de qualquer forma, verifica-se que uma atitude negativa ao se utilizar o constructo: a ideologia do ministro é uma fantasia, algo inventado, não condiz com a realidade.

Somente em algumas passagens, emprega-se o futuro do pretérito, expressando a modalidade epistêmica de valor hipotético (um não saber ser) ou mesmo significando, metaforicamente, dúvida, descrença (um não crer ser ou crer não ser), em relação à informação dada, como ocorre nas passagens acima. Nesse editorial, a escolha desse tempo auxilia na construção de uma desconfiança/descrédito sobre as ações do ministro / Ministério.

O emprego dessas formas verbais, assim como de substantivos, adjetivos e certas construções sintáticas vão cumprir o papel de modalizadores. No caso das passagens anteriormente citadas, esses elementos podem ser pistas do julgamento efetuado pelo enunciador em relação aos eventos discutidos. Desse modo, essa alternância entre enunciados modalizados como certos, verdadeiros, e enunciados modalizados como hipotéticos, ou mesmo falsos, busca promover uma maior adesão do interlocutor à tese construída no texto, uma vez que fornece indicações sobre os enunciados em que se deve crer e aqueles dos quais se deve duvidar, fazendo saber quais valores devem ser assumidos e quais devem ser rejeitados.

Acreditamos que a Linguística Textual pode ser muito frutífera para o entendimento das motivações (semânticas, textuais, sintáticas e discursivas) presentes nas estratégias morfológicas, assim como a morfologia é muito bem-vinda no desenvolvimento de habilidades de leitura e produção de textos. Em outras palavras, o casamento entre morfologia e Linguística Textual abre possibilidades teóricas, mas também metodológicas. A seguir, apresentamos algumas estratégias a fim de desenvolver essa integração entre as áreas em sala de aula.

Propostas para o ensino da integração morfologia-texto

Nesta seção, sistematizamos, em linhas gerais, algumas sugestões para o ensino de língua portuguesa, com base não só no que foi discutido aqui, mas também em trabalhos importantes, como Santos, Cuba Riche e Teixeira (2012), Koch e Elias (2016). Convém destacar que não apresentamos exercícios ou questões prontas, mas algumas orientações sobre o que pode ser feito em sala de aula. Acreditamos ser mais produtivo indicar sugestões de abordagens pedagógicas, ampliando o repertório de possibilidades para o trabalho docente.

Em relação aos usos linguísticos, a escolha lexical de substantivos, adjetivos, determinados afixos, por exemplo, revela a intencionalidade do enunciador ao empregar tais formas, demarcando a orientação argumentativa dos textos. As estratégias utilizadas pelo enunciador, ao empregar e formar palavras complexas, têm ligação com os propósitos comunicativos dos

textos, indo além da simples questão de “evitar repetição de palavras”. As nominalizações, como vimos na análise, cumprem uma dupla função de organização textual. Em muitos casos, ocupam a posição sintática de sujeito, o que consiste em mais uma possibilidade de atrelar aspectos morfossintáticos à construção textual.

Em relação ao trabalho com o editorial analisado, seria interessante mobilizar os alunos para atividades pré-textuais, em que eles pudessem tecer hipóteses de leitura. Assim, por exemplo, pode ser realizada a leitura do título e as possíveis interpretações para as quais ele encaminha, discutindo o que significa o termo *disparate*, a que possível episódio recente o título “O disparate do MEC” pode estar fazendo referência, dentre outras estratégias. Além disso, em textos jornalísticos, que costumam ser bastante atrelados ao contexto imediato de produção, verifica-se uma oportunidade para trabalhar a relação entre texto/contexto/coerência, observando a importância do contexto em que o editorial se insere para a relevância de sua publicação.

Em gêneros argumentativos, essa questão ganha destaque, pois os textos jornalísticos, em especial os opinativos, costumam ser publicados tendo em vista o debate que está acontecendo na sociedade. Uma publicação de um editorial cuja polêmica já tenha se encerrado ou seu debate já esteja enfraquecido, certamente, não surte o efeito desejado pelo jornal. Ademais, os próprios argumentos, exemplos, figuras públicas citadas podem se alterar ao longo do tempo. Todos esses fatores têm ligação direta com a construção da coerência, sendo questões que devem, inclusive, ser consideradas pelo professor no momento de escolher o texto a ser trabalhado.

Como se trata de um texto argumentativo, um percurso de leitura relevante é identificar tese e argumentos empregados. Este trabalho pode ser feito oralmente ou com destaque, no próprio texto, de trechos que contenham a tese e os argumentos apresentados. Nesse sentido, no caso do editorial analisado, podemos destacar as nominalizações que englobam os tópicos discursivos dos parágrafos, demonstrando como tais formas contribuem na organização do texto e auxiliam na leitura.

Isso pode ser feito, por exemplo, ao demonstrar a função argumentativa dos encapsuladores e como tais itens favorecem o posicionamento do locutor, tentando engajar o interlocutor. Além disso, é interessante demonstrar como essas formas direcionam a atenção do interlocutor para certos pontos da estruturação textual. Outra possibilidade é levar o aluno a perceber quais porções do texto esses nomes sumarizam e como viabilizam as remissões tanto retrospectivas quanto prospectivas. Isto é, o duplo movimento de retomarem informações já enunciadas e, de modo sintético, apontarem para outro momento no texto, para um novo tópico no discurso. Essas sugestões devem funcionar como parâmetros para avaliar a compreensão leitora dos alunos ao verificar se eles conseguem (ou não) perceber esses movimentos na configuração textual.

Essa estrutura argumentativa deve ser sistematizada em sala de aula, justificando, para os alunos, a sua importância em um texto cuja tipologia argumentativa é predominante, destacando, inclusive, a importância da temática (no caso, política) para construção desse gênero e sua

relevância no jornal. Além disso, é possível associar o gênero editorial ao contexto de publicação, considerando aspectos como público-alvo e suporte (meio pelo qual o texto foi publicado).

Outro elemento essencial na configuração do gênero é o estilo, que pode ser estudado, por exemplo, por meio de elementos linguísticos como encapsulamentos e escolha de tempo/modo verbal, como visto na análise, e articuladores argumentativos. Dessa forma, ao trabalhar as estratégias argumentativas do texto em destaque, haverá uma união entre as práticas de leitura e análise linguística.

Essa união fica mais clara ao destacarmos o emprego das nominalizações e das formas verbais, como vimos na análise, e seus efeitos de sentido e atuação na construção desse gênero. Como vimos, os recursos linguísticos não são escolhidos de modo aleatório e sim com a intenção de atender os propósitos comunicativos dos textos. Assim, é possível cumprir com um conteúdo programático do currículo de língua portuguesa, o estudo da morfologia, sem perder de vista o trabalho com a leitura e a construção da coerência nos diferentes textos. Vale ressaltar que esse trabalho não deve ser visto como um item curricular à parte, mas como uma prática constante.

Em relação à prática de produção textual, é necessário trabalhar outros textos para que os alunos percebam a sistematicidade na caracterização do gênero editorial. Caso seja efetuado um trabalho continuado, podem ser solicitadas produções textuais de textos argumentativos, como o próprio editorial ou um artigo de opinião, por exemplo, acerca de um tema polêmico, definindo onde esse texto será publicado (um blog da escola, alguma rede social), quais as características desse suporte, a que público estaria destinado. Também é necessário destacar, na busca da sistematicidade do trabalho pedagógico, quais elementos linguísticos constroem esse texto e como colaboram para a argumentação. Na prática de produção de textos, é importante levar os alunos a um uso consciente dos elementos linguísticos; por isso, a sistematização faz-se necessária.

No caso do editorial analisado, por exemplo, são bem evidentes as estratégias e recursos que marcam o posicionamento crítico do enunciador, como vimos na escolha dos nomes e dos processos de formação de palavras, por exemplo. No entanto, esses usos podem variar a depender do jornal/site, tema, suporte, dentre outros aspectos. Esses fatores são importantes e justificam a importância de um trabalho mais estruturado com o gênero antes da etapa de produção.

Em síntese, para o trabalho com editorial (ou com outro texto argumentativo), devem-se empregar os seguintes passos a fim de alcançar uma prática que promova articulação entre morfologia e texto e também possa unir leitura e análise linguística:

Quadro 1. Sistematização das possibilidades de articulação entre texto e morfologia no editorial

Atividade	Estratégias possíveis
Prática de leitura	<ul style="list-style-type: none">• Análise do título e seu possível encaminhamento argumentativo; destaque da estrutura argumentativa, com identificação de tese e argumentos.• Relação entre texto e contexto, a relevância do contexto de produção para gêneros do jornal e sua relação com a coerência.
Análise linguística	<ul style="list-style-type: none">• Destaque das nominalizações como elemento importante na construção da coerência e da orientação argumentativa;• Abordagem da motivação para a criação de novas palavras na língua relacionada aos propósitos textuais/discursivos.• Verificação do uso de formações sufixais e outras construções morfológicas; as motivações (textuais, sintáticas, semânticas e discursivas) para escolha de determinados processos de formação de palavras; evidências de como estratégias morfológicas podem marcar o posicionamento do enunciador;• Análise de como advérbios, adjetivos, tempos e modos verbais empregados contribuem para modalização, subjetividade e argumentação do discurso jornalístico;• Enfoque no uso de estratégias argumentativas, assim como as demais pistas textuais, de forma mais ampla: por exemplo, a constituição de sintagmas nominais (substantivos, adjetivos, locuções adjetivas etc.) e verificação de como a intencionalidade é marcada por escolhas morfológicas nesses sintagmas.

Como já foi dito anteriormente, reforçamos que não pretendemos esgotar as possibilidades analíticas e práticas do trabalho com o editorial. É preciso, dentro desse contexto, ampliar o trabalho com mais textos, inclusive de outros gêneros textuais, a fim de apresentar novas possibilidades para um ensino mais produtivo de expedientes morfológicos e sua relação com produção e leitura.

Considerações Finais

Reiteramos, para finalizar, o objetivo principal desse trabalho de destacar como o uso das nominalizações sinaliza que o nível morfológico pode apresentar estreita correlação com motivações textuais/discursivas. Assim, questões cognitivo-discursivas, como o encapsulamento anafórico, por exemplo, evidenciado pelo recurso da nominalização, é uma das marcas desse imbricamento entre morfologia e texto.

É importante, portanto, que os discentes tenham uma experiência de análise de textos mais criteriosa e deixem a impressão de que se trata de uma disciplina de “achismos”. Isso só é possível por meio de um trabalho articulado entre habilidades epilinguísticas (reflexão sobre o uso) e metalinguísticas (reflexão voltada para a descrição) (SANTOS; RICHE; TEIXEIRA, 2012, p.77). A relação entre os expedientes morfológicos e a construção dos textos é uma forma concreta de refletir sobre o uso dos recursos linguísticos a partir da análise de casos particulares identificados em diferentes gêneros textuais. Esperamos, assim, que muitas propostas de articulação entre morfologia-texto sejam desenvolvidas pela academia e, principalmente, colocadas em prática “no chão das salas de aula”; sem dúvidas, essa metodologia pode ampliar as habilidades textuais e de análise linguística dos alunos.

Referências

AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, 2011.

ASSIS, F.; M. MELO. *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Bernardo do Campo: UMESP, 2010.

BASÍLIO, M. *Teoria lexical*. São Paulo: Ática, 1987.

BASÍLIO, M. *Formação e classes de palavras no português Brasil*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

CAVALCANTE, M. *Referenciação: sobre coisas ditas e não-ditas*. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CAVALCANTE, M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. *Coerência, referenciação e ensino*. São Paulo: Cortez, 2014.

CONTE, M. Encapsulamento Anafórico. In.: CAVALCANTE, M. *et. al.* (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 177-190.

GOMES, R. A modalização em reportagens jornalísticas. In: Diadorim: *Revista de Estudos Linguísticos e Literários*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 4, 2008, p. 207-221.

GONÇALVES, C. A. V. Morfopragmática da intensificação sufixal em português. *Revista de Letras*, v.1, n. 24, p. 43-50, 2002.

GONÇALVES, C. A. V. *Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação*. São Paulo: Contexto, 2011.

GONÇALVES, C. A. V. *Atuais tendências em formação de palavras*. São Paulo: Contexto, 2016.

KOCH, I. *Argumentação e linguagem*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCH, I.; ELIAS, W. M. *Escrever e argumentar*. São Paulo: Contexto, 2016.

MARCUSCHI, L.A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

SAMANIEGO, A. *La categorización de entidades del discurso en la escritura profesional*. Tese de Doutorado, Departament de Filologia Hispanica, Universitat de Barcelona, 2011, 630 p.

SANTOS, L.W; RICHE, R. C.; TEIXEIRA, C. *Análise e produção de textos*. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA, E. R. F.; GONÇALVES, C. A. V. Linguística Textual e Morfologia. In: SOUZA, E. R. F.; PENHAVEL, E.; CINTRA, M. R. (Org.). *Linguística Textual: interfaces e delimitações*. São Paulo: Cortez, 2018, p. 144-188.

VIVAS, V. M. *et al.* A. Ciência, texto e criatividade: como ensinar os processos de formação de palavras?. In: SIQUEIRA, S.; XAVIER, G. (Org.). *Reflexões sobre leitura, língua e sociedade na educação básica*. Rio de Janeiro: Litteris, 2019, p. 125-145.